

Tensão entre poderes volta a escalar

Lira ameaçou instalar CPIs para pressionar governo e se reuniu com Alexandre de Moraes, que foi ao Senado de surpresa ontem

Em novo desdobramento da crise entre poderes, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou intenção de autorizar a instalação de cinco comissões parlamentares de inquérito (CPIs) simultâneas. Um dos pedidos protocolados tem como objetivo investigar supostos abusos cometidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O movimento ocorre na esteira de episódios que desgastaram a relação entre o Congresso e o Palácio do Planalto. Na semana passada, Lira chamou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de "incompetente". Além disso, um primo do presidente da Câmara foi demitido esta semana de um cargo federal que ocupava em Alagoas.

O plano de liberar a criação das CPIs foi comunicado por Lira em uma reunião de líderes na terça-feira. No total, são oito requerimentos pendentes, mas o regimento só permite cinco comissões simultâneas. Alguns dos temas das CPIs são relacionados à segurança pública, área que tem a pior avaliação do governo.

O objetivo é pressionar o Planalto. As CPIs mudam a rotina da Casa e podem dificultar a tramitação de projetos estratégicos, além de servirem de palanque para a oposição em um ano eleitoral.

No caso da comissão para investigar o STF, a abertura indicaria um gesto de Lira aos setores da oposição que pressionam por um freio aos poderes do Judiciário.

O pedido da CPI foi protocolado no final de novembro, após a coleta de 171 assinaturas requeridas pelo regimento interno da Casa. A pressão aumentou depois da prisão, autorizada pelo STF, do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Urgência

Em outra frente da ofensiva, Lira incluiu na pauta do plenário o requerimento de urgência para projetos de lei contra o MST (*leia mais na página 9*). Lira também sinalizou que incluiria na pauta outro requerimento de urgência, referente a um projeto de decreto legislativo que susta o decreto do governo que regulamenta a Lei de Igualdade Salarial, sancionada em 2023, mas acabou recuando.

Ontem, Lira teve reuniões com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e com o ministro do STF Alexandre de Moraes, que foi de surpresa ao Congresso (*leia ao lado*).

Diante do agravamento das tensões, o governo destravou a liberação de emendas parlamentares esta semana. Da semana passada para cá, o Ministério da Saúde autorizou o pagamento R\$ 4,8 bilhões. Deste total, R\$ 2,5 bilhões saíram ontem. Um dos motivos do tensionamento entre os poderes é justamente o veto a parte do valor que foi aprovado pelos parlamentares para emendas no orçamento deste ano.



Ministro esteve com Pacheco um dia após a votação da PEC das Drogas, que foi uma reação ao Supremo

Presença foi confirmada de última hora

Confirmada de última hora, a ida do ministro do STF Alexandre de Moraes ao Senado ocorreu um dia após a Casa aprovar em dois turnos a PEC das Drogas. A aprovação foi uma resposta ao avanço, na Corte, do julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal.

Moraes participou, no plenário do Senado, da sessão de apresentação do anteprojeto de reforma do Código Civil, para a qual havia sido convidado na condição de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo, ele teria confirmado presença minutos antes da abertura dos trabalhos.

O anteprojeto foi elaborado por uma comissão composta por 40 juristas. Dentre as mudanças propostas, estão a transmissão hereditária de contas nas redes sociais, critérios para criação de imagens de pessoas mortas por inteligência artificial, garantia do casamento civil para a população LGBT+, reconhecimento jurídico de pets e regulamentação da doação de órgãos.

Moraes afirmou que a atualização do Código Civil, vigente desde 2002, servirá para solucionar descentendimentos jurídicos:

– Na virada do século, não existiam redes sociais. Nós já éramos felizes e não sabíamos. A necessidade da regulamentação de novas modalidades contratuais que surgiram, a questão de costumes, novas relações familiares, novas modalidades de se tratar nas questões do direito de família e sucessões, a tecnologia, a inteligência artificial, novas formas de responsabilidade civil.

Sucessão de desgastes

CONFIRMA ALGUNS DOS EPISÓDIOS QUE AGRAVARAM OS RUIDOS ENTRE EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.

Embate com Padilha

• Arthur Lira chamou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de "incompetente" um dia após a Câmara aprovar a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Na ocasião, Lira acusou Padilha de ter vazado informações de que ele teria falhado ao tentar arregimentar apoio para revogar a prisão.

Demissão de primo

• Um primo de Lira foi demitido esta semana do comando da superintendência do Inbra em Alagoas, após pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Vetos do Planalto

• Os vetos a medidas aprovadas pelo Congresso, como o projeto que extinguiu as "saldinhas" de presos e um valor de R\$ 5,6 bilhões em emendas previsto no orçamento de 2024, também acirraram os ânimos.

Buscas no Congresso

• Parlamentares também se incomodaram com decisões do STF que autorizaram o cumprimento de mandados de busca nas dependências do Congresso.

Julgamentos do STF

• Congresso e Suprema Corte também têm travado quedas de braço relacionadas a temas como marco temporal para demarcação de terras indígenas e criminalização do porte de drogas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8